

Questão Discursiva 01492

JOÃO LENO encontra-se preso na Penitenciária Federal de Campo Grande-MS e figura como réu em ação penal que tramita em Bangu, na qual se lhe imputa a prática do delito previsto no art. 157, §3º, in fine, e art. 213, na forma do art. 69, todos do Código Penal. Embora requisitado mais de uma vez para Audiência de Instrução e Julgamento, o réu nunca foi transportado para presenciar o ato, de forma que o juiz realizou a oitiva das testemunhas sem a sua presença e determinou a expedição de carta precatória para realização de interrogatório pelo juiz de direito de Campo Grande ■ MS. O juiz de direito de Campo Grande-MS declinou da competência e remeteu a precatória para as varas federais criminais, ao argumento de que o apenado encontra-se em estabelecimento penal federal. O juiz federal sorteado, por sua vez, entendeu que não tem competência para realizar o interrogatório e suscitou conflito negativo de competência. Diante disso, o juiz da Vara Criminal de Bangu determinou a realização de interrogatório por videoconferência, fundamentando sua decisão no excesso de prazo, vez que o réu encontra-se preso há 08 (oito) meses. Como Defensor (a) da vara criminal, você recebe o processo para ciência da decisão. Que providência(s) judicial (is) e/ou administrativa(s) deve(m) ser adotada(s)? Resposta justificada.